

CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA MUSEOLÓGICA  
E MUSEOGRÁFICA DO CENTRO INTERPRETATIVO DO LINCE IBÉRICO

Concurso Público N.º 280/SAPR/2019

TERMOS DE REFERÊNCIA

Silves, 23 outubro de 2019



**Concurso Público de Concepção  
da Estratégia Museológica e Museográfica  
do Centro Interpretativo do Lince Ibérico**

**TERMOS DE REFERÊNCIA**

**Cláusula 1.ª**

**Objecto**

1 - O presente concurso público de concepção, com a designação de "Concepção e Implementação da Estratégia Museológica e Museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico", tem por objecto a seleção de um trabalho onde seja apresentada uma estratégia comunicacional que inclua, para além da concepção da imagem do Centro Interpretativo do Lince Ibérico e de uma proposta museológica e museográfica, uma solução de comunicação e divulgação desse equipamento, bem como o consequente desenvolvimento, implementação e concretização do trabalho de concepção seleccionado.

2 - Os trabalhos de concepção objecto do presente concurso público devem observar os princípios, requisitos e orientações constantes do programa preliminar, em anexo aos presentes termos de referência e que deles fazem parte integrante, que constitui o Anexo I.

3 - O Município de Silves tem a intenção de adjudicar, por ajuste directo, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, os serviços de desenvolvimento, implementação e concretização do trabalho de concepção seleccionado, nos termos previstos no caderno de encargos, que constitui o Anexo II.

**Cláusula 2.ª**  
**Concurso Público**

O presente procedimento de concurso de concepção reveste a modalidade de concurso público e é efectuado nos termos do disposto nos artigos 219.º-A e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 3.ª**  
**Entidade Adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Silves, sito no Largo do Município, 8300-117 Silves, que dispõe dos seguintes contactos oficiais:

- Telefone n.º 282 440 800;
- Fax n.º 282 440 851;
- Endereço electrónico:  
[gabinete.presidente@cm-silves.pt](mailto:gabinete.presidente@cm-silves.pt) / [expediente@cm-silves.pt](mailto:expediente@cm-silves.pt)
- Sítio institucional: [www.cm-silves.pt](http://www.cm-silves.pt).
- Plataforma eletrónica de contratação Pública do Município de Silves:  
[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)



#### **Cláusula 4.ª**

##### **Órgão que tomou a Decisão de Selecionar os Trabalhos de Concepção**

A decisão de selecionar 1 (um) trabalho de concepção foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Silves, de 11 de Novembro, de 2019, ao abrigo do disposto nos artigos 36.º, n.º 2, 38.º e 219.º-A, n.ºs 1 e 2, do Código dos Contratos Públicos, e em conjugação com estabelecido no artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Disposições Normativas Aplicáveis**

O concurso público de concepção rege-se pelas peças concursais, pelas disposições normativas do Código dos Contratos Públicos e demais preceitos legais e regulamentares aplicáveis.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Consulta das Peças do Concurso**

Os termos de referência e o caderno de encargos encontram-se patentes no sítio institucional do Município de Silves ([www.cm-silves.pt](http://www.cm-silves.pt)) e podem ser consultados pelos interessados na morada indicada na cláusula 3.ª, durante as horas de expediente, das 9h00m às 17h00m, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação dos trabalhos de concepção, e na plataforma electrónica de contratação pública com o endereço electrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Visita ao Local**

Os interessados podem visitar os locais onde deverá ser desenvolvido, implementado e concretizado o trabalho de concepção do Centro Interpretativo do Lince Ibérico que vier a ser selecionado, ficando para tal agendado o terceiro dia útil após publicitação do anúncio no Diário da República, entre as 9h30m e as 12h30m e entre as 14h30m e as 17h00m.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Órgão Competente para prestar Esclarecimentos**

1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do concurso público, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma electrónica de contratação

pública do Município de Silves (<http://www.acingov.pt>), na função "Pedir esclarecimentos", ou para o endereço electrónico [aprovisionamento@cm-silves.pt](mailto:aprovisionamento@cm-silves.pt).

2 - Os esclarecimentos são prestados pelo júri do concurso público, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, sendo disponibilizados na plataforma electrónica de contratação pública do Município de Silves (<http://www.acingov.pt>), e juntos às peças do concurso disponibilizadas para consulta.

3 - Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Cláusula 9.ª Concorrentes**

1 - É concorrente a entidade, pessoa singular ou colectiva, que participe no presente concurso público, mediante a apresentação de um trabalho de concepção.

2 - São admitidos ao concurso público de concepção os concorrentes que cumpram, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Reúnam todos os requisitos legais constantes do concurso público de concepção.

3 - É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, de acordo com o disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos.

4 - Os membros de um agrupamento de concorrentes não podem ser concorrentes entre si no mesmo procedimento, nos termos do artigo 53.º do Código dos Contratos Públicos, nem integrar outro agrupamento concorrente.

5 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

6 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho.

7 - O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo acto, por procuração, os poderes a que se refere o artigo 14.º, n.º 1, alíneas a), b) c) e d), do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho, que será o único interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.



**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Júri do Concurso Público**

1 - O júri do concurso público é constituído pelos seguintes elementos:

**Efectivos:**

a) José Vilarinho Mascarenhas Figueira Santos (Presidente)

Com formação em engenharia civil (licenciatura), actualmente a exercer funções técnicas no Município de Silves. Dirige a Divisão de Obras Municipais e Trânsito.

b) João Manuel Mendonça Cavaco Matias (Vogal efectivo)

Com formação em arquitectura (licenciatura), actualmente a exercer funções técnicas no Município de Silves. Dirige a Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

c) Maria José da Silva Gonçalves (Vogal efectivo)

Com formação em História, na variante de arqueologia (licenciatura), e em teoria e métodos de arqueologia (mestrado), actualmente a exercer funções técnicas no Município de Silves. Coordena a área do Património, que integra os Sectores do Património Cultural, Arqueologia, Conservação e Restauro e Museus, bem como todos os monumentos e equipamentos que lhe estão afectos e integram a Divisão de Cultura, Turismo e Património, e exerce as funções de directora técnica do Museu Municipal de Arqueologia de Silves.

**Suplentes:**

d) Isabel Alexandra Lopes Cavaco Cabrita (Vogal Suplente)

Com formação em Direito, na variante de ciências jurídico-comerciais (licenciatura), actualmente a exercer funções técnicas no Município de Silves. Dirige a Divisão Jurídica e Administrativa.

e) Ricardo Jorge das Neves Gregório (Vogal Suplente)

Com formação em Gestão Financeira (licenciatura), actualmente a exercer funções técnicas no Município de Silves. Dirige a Divisão Financeira.

2 - As deliberações do júri relativas à ordenação ou exclusão dos trabalhos de concepção apresentados, por inobservância dos termos de referência, têm carácter vinculativo para a entidade adjudicante, não podendo, em qualquer caso, ser alteradas depois de conhecida a identidade dos concorrentes.

3 - Até ao anúncio público do relatório final, os membros do júri devem manter absoluta confidencialidade sobre qualquer informação obtida no exercício das suas funções.



4 - Os membros do júri devem pautar a sua participação em absoluto respeito pelos presentes termos de referência e demais legislação vigente aplicável e em consonância com os princípios de ética e deontologia, o seu conhecimento e a sua experiência profissional.

**Cláusula 11.ª**  
**Documentos a Apresentar**

1 - A proposta dos concorrentes é corporizada pelos documentos de identificação e os documentos que materializam os trabalhos de concepção a apresentar.

2 - Os documentos de identificação devem de ser carregados na plataforma só após a seleção do concorrente vencedor, sendo os seguintes:

- a) *Curriculum vitae*, datado e assinado, contendo a identificação completa do concorrente e discriminação dos dados necessários para a verificação da sua capacidade e habilitação técnica;
- b) Boletim de identificação, nos termos do Anexo III aos presentes termos de referência, que contenha a respectiva identificação e contactos, bem como a constituição nominativa da equipa projectista, identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus membros;
- c) Identificação de terceiros que colaborem com o concorrente, independentemente de integrarem a equipa projectista, com indicação da sua capacidade técnica e experiência profissional sumária, no âmbito do tipo de trabalhos a realizar.

3 - Os documentos que materializam os trabalhos de concepção a apresentar devem de ser carregados na plataforma os mesmos devem de garantir o total anonimato, não devendo, assim, conter quaisquer assinaturas, quer escritas quer digitais, tal como qualquer elemento que permita, de forma directa ou indirecta identificar o seu autor ou autores.

Os documentos que materializam os trabalhos de concepção são os seguintes:

- a) Memória descritiva e justificativa, que descreva e justifique a solução preconizada para a concepção e implementação da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico e de comunicação e divulgação desse equipamento, com referência específica à sua integração no edificado e espaço envolvente, devendo conter:
  - I. Os critérios gerais da concepção proposta;
  - II. A descrição da metodologia geral de intervenção a adoptar;
  - III. A definição do guião para as áreas expositivas;
  - IV. A identificação dos materiais e equipamentos propostos;
  - V. A adequação da solução conceptual proposta face ao exigido, devendo ter um grau de desenvolvimento semelhante a um



programa base ou similar e integrar peças gráficas, incluindo em "3D", e escritas, contendo as informações necessárias à sua definição; e,

- vi. A explicitação da racionalidade das soluções técnicas e construtivas adoptadas.
- b) Cronograma de trabalhos, onde constem todas as fases/tarefas previstas para o desenvolvimento, implementação e concretização da concepção proposta, considerando que a conclusão da execução não pode ir além do dia 31 de Dezembro de 2021;
- c) Estimativa do custo total da intervenção, museológica e museográfica com discriminação dos valores referentes às especialidades consideradas (discriminado por rubricas), tendo em conta a intenção da entidade adjudicante de que o custo da intervenção não deva exceder os € 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- d) Documento de onde constem os elementos para avaliação do trabalho, conforme factores e subfactores de avaliação constantes do modelo de avaliação dos trabalhos;
- e) Organograma que refira explicitamente qualificações e funções a desempenhar pelos elementos da equipa técnica, não devendo a identidade dos elementos ser revelada neste documento; e,
- f) Documento de onde constem outros elementos que o concorrente considere importantes para interpretação do seu trabalho de concepção.

4 - Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare acetar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Modo de Apresentação dos Documentos**

1 - Os documentos que constituem a proposta são apresentados directamente em plataforma electrónica de contratação pública utilizada pelo Município de Silves [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2 - Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:

- a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- b) Que deve ser entregue directamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respectiva recepção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas; e,





c) Cuja recepção deve ser registada por referência à respectiva data e hora.

3 - Em qualquer circunstância, os documentos que materializam os trabalhos de concepção, bem como o invólucro referido no número anterior, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma directa ou indirecta, identificar o seu autor ou autores.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Prazo e Local para Apresentação dos Documentos**

1 - Os documentos que materializam os trabalhos de concepção mencionados no ponto 3 da cláusula 11.ª, que corporizam a proposta dos concorrentes, devem ser submetidos na plataforma eletrónica de contratação pública do Município de Silves (<http://www.acingov.pt>) até às 16h30m do 60.º dia, a contar do primeiro dia útil seguinte à publicação do aviso de abertura do presente concurso público no Diário da República.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **Apreciação e Hierarquização dos Trabalhos de Concepção**

1 - Depois do termo do prazo fixado para a apresentação dos trabalhos de concepção, o júri do concurso público reúne-se em sessão privada, assegurando o total e absoluto anonimato dos concorrentes, para proceder à apreciação e hierarquização dos trabalhos de concepção.

2 - Após a apreciação dos trabalhos de concepção e sua hierarquização, o júri procede elaboração de um relatório, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:

- a) A ordenação dos trabalhos de concepção apresentados, de acordo com o critério de selecção fixado nos termos de referência;
- b) A exclusão dos trabalhos de concepção apresentados em violação de quaisquer regras fixadas nos termos de referência, nomeadamente:
  - i. Cujos documentos que materializam os trabalhos de concepção tenham sido apresentados após o termo do prazo fixado nos termos de referência;
  - ii. Cujos documentos que materializam os trabalhos de concepção, referido no n.º 3 da cláusula 12.ª, contenham qualquer elemento que permita, de forma directa ou indirecta, identificar o seu autor ou autores;
  - iii. Que não observem a descrição a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 219.º-D do Código dos Contratos Públicos, e que consta do programa preliminar que constitui o Anexo I aos presentes termos de referência; e,
  - iv. Os trabalhos de concepção cujo preço contratual seja superior ao preço base, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.



4 - O júri do concurso só pode tomar conhecimento da identidade dos concorrentes depois de integralmente cumprido o disposto no número anterior.

5 - O júri pode fazer pedidos de esclarecimento aos concorrentes sobre os seus trabalhos ou realizar uma fase de demonstrações ou experiências dos trabalhos de concepção, destinadas a aferir o cumprimento dos termos de referência, a adequação ou exequibilidade das soluções propostas.

6 - Caso sejam realizadas as diligências referidas no número anterior, o júri elabora novo relatório, reflectindo o resultado das mesmas e propondo a ordenação final dos concorrentes

7 - O júri deve promover a publicitação do seu relatório na plataforma eletrónica de contratação pública com o endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).



#### **Cláusula 15.ª** **Critério de Selecção**

1 - A selecção dos trabalhos de concepção é realizada de acordo com os seguintes factores de avaliação:

- a) Qualidade global do conceito; e,
- b) Operacionalidade da solução.

2 - O factor de avaliação previsto na alínea a) do número anterior compreende os seguintes subfactores:

- a) Adequabilidade aos objectivos definidos no programa preliminar;
- b) Qualidade estética e coerência global da solução conceptual; e,
- c) Integração e articulação da solução proposta com as pré-existências da envolvente.

3 - Os factores e subfactores de avaliação são apreciados de acordo com as seguintes premissas:

- a) Os subfactores incluídos no factor relativo à "Qualidade global do conceito" são apreciados nos seguintes termos:
  - i. Subfactor "Adequabilidade aos objectivos definidos no programa preliminar": aferição do grau de resposta do trabalho aos objectivos do programa proposto; a capacidade de articulação e de polivalência dos espaços; a adequação aos princípios de acessibilidade, igualdade de géneros e inclusão.
  - ii. Subfactor "Qualidade estética e coerência global da solução conceptual": a qualidade intrínseca da solução proposta, tida como um todo, traduzida na capacidade de articulação de todos os elementos do trabalho e respectivo estado de acabamento;

- iii. Subfactor "Integração e articulação da solução proposta com as pré-existências da envolvente": a capacidade de valorização da componente cultural, pedagógica e científica, bem como a integração da solução proposta com o património existente na envolvente.

- b) No factor "Operacionalidade da solução", considera-se a viabilidade da solução apresentada e a facilidade de manuseamento dos equipamentos por parte dos utilizadores, nomeadamente nas questões de montagem/desmontagem, número de meios humanos envolvidos na operação dos sistemas; e armazenamento dos materiais utilizados na solução expositiva, quando aplicável.

4 - Os trabalhos de concepção devem ser pontuados de acordo com a seguinte escala:

- a) Excelente - 5 valores;
- b) Muito Bom - 4 valores;
- c) Bom - 3 valores;
- d) Aceitável - 2 valores;
- e) Insuficiente - 1 valor;
- f) Mau/Nulo - 0 valores.

5 - O trabalho de concepção selecionado será aquele que obtiver a maior pontuação, que deve ser calculada através da média ponderada das classificações obtidas em cada um dos factores, de acordo com a seguinte fórmula, com uma aproximação a duas casas decimais:

$$Cf = QGC \times 0,60 + ODS \times 0,40$$

Sendo:

$$QGC = AOP \times 0,40 + QEC \times 0,30 + ISP \times 0,30$$

Em que:

Cf: Classificação final;

QGC: Qualidade global do conceito;

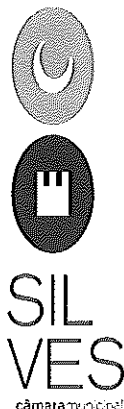
AOP: Adequabilidade aos objectivos definidos no programa preliminar;

QEC: Qualidade estética e coerência global da solução conceptual;

ISP: Integração e articulação da solução proposta com as pré-existências da envolvente.

ODS: Operacionalidade da solução.

6 - O resultado obtido na classificação final (Cf) é arredondado à décima.





**Cláusula 16.<sup>a</sup>**  
**Critério de desempate dos Trabalhos**

1 - A ordenação dos trabalhos que se encontrem em igualdade de pontuação é efectuada, de forma decrescente, em função da pontuação obtida por cada um deles no factor "Qualidade global do conceito".

2 - Se, ainda assim, subsistir o empate, a ordenação dos trabalhos é efectuada de forma decrescente, pela pontuação obtida por cada um deles nos factores e subfactores abaixo indicados, por ordem de preferência:

- a) Adequabilidade aos objectivos definidos no programa preliminar;
- b) Qualidade estética e coerência global da solução conceptual;
- c) Integração e articulação da solução proposta com as pré-existências da envolvente; e,
- d) Operacionalidade da solução.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Número de Trabalhos de Concepção Apresentados a Seleccionar**

Apenas será seleccionado um trabalho de concepção, embora sem prejuízo de assistir ao Município de Silves o direito de não seleccionar qualquer trabalho, caso não correspondam às exigências e especificações do presente concurso público.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**Vencedor do Concurso de Concepção**

Ao concorrente vencedor, o Município de Silves tem a intenção de adjudicar, por ajuste directo, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, a concretização do trabalho de concepção, não havendo lugar a quaisquer outros prémios.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**Notificação da Decisão de Selecção**

1 - O Município de Silves selecciona o trabalho de concepção ordenado em primeiro lugar de acordo com o relatório final elaborado pelo júri do concurso público.

2 - Todos os concorrentes devem ser notificados, por escrito, da decisão de selecção tomada pelo órgão municipal competente.

3 - As notificações indicadas no número anterior são acompanhadas do relatório final elaborado pelo júri do concurso público.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**  
**Direitos Autorais**

O conteúdo patrimonial dos direitos autorais sobre todos os documentos que materializam o trabalho de concepção que vier a ser objecto de adjudicação em fase de ajuste directo, considera-se transmitido para a entidade adjudicante.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**  
**Legislação Aplicável**

Em tudo o que os presentes termos e condições forem omissos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.



**Anexos aos Termos de Referência:**

**Anexo I** - Programa preliminar.

**Anexo II** - Caderno de encargos relativo ao procedimento de ajuste directo, adoptado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos.

**Anexo III** - Boletim de identificação da equipa.

**Anexo IV** - Plantas da Casa da Quinta do Camacho e da Encosta Norte do Castelo de Silves.



Anexo I

PROGRAMA PRELIMINAR  
CENTRO INTERTREPRETATIVO  
DO LINCE IBÉRICO

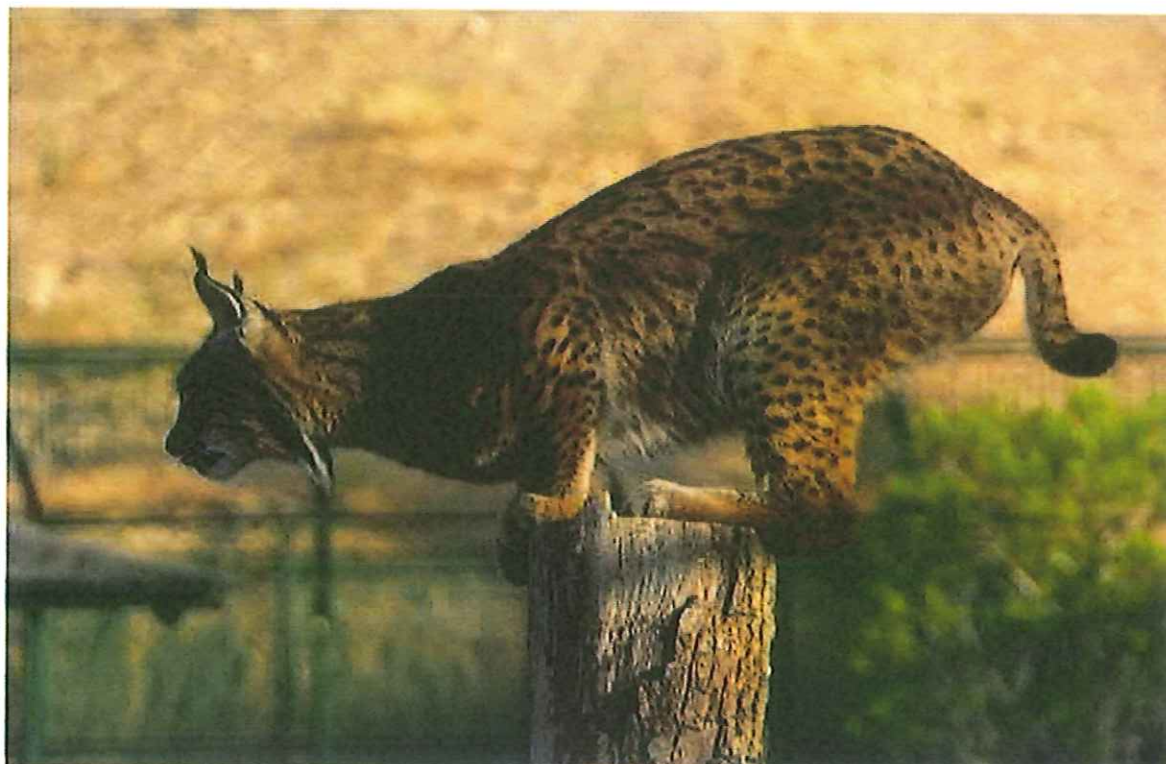
Silves, 23 outubro de 2019





6

ANEXO I – PROGRAMA PRELIMINAR  
CENTRO INTERPRETATIVO DO LINCE IBÉRICO





# **Centro Interpretativo do Lince Ibérico**

## **Descrição e Fundamentação do Projecto**

### **1 - Prelúdio**

A assinatura de um Acordo de Cooperação Internacional, entre a República de Portugal e o Reino de Espanha, em 31 de Agosto de 2007, constituiu o ponto de partida para a participação do Estado Português no Programa de "Conservação *Ex Situ* do Lince Ibérico".

Este Programa foi concebido como uma acção de emergência, coordenada entre Portugal e Espanha, para combater a tendência alarmante de diminuição de exemplares do lince ibérico, mediante o reforço das populações já existentes, através da reprodução em cativeiro, em Centros Reprodutores Exclusivos da espécie, e sua posterior devolução à natureza.

Acontece que, actualmente, dentre os Centros Reprodutores Exclusivos do Programa de "Conservação *Ex Situ* do Lince Ibérico", destaca-se o Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, sito na Herdade das Santinhas, no concelho de Silves, e que foi inaugurado em 22 de Maio de 2009.

Desde então, o Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico tem desenvolvido um trabalho exemplar e notável para assegurar a reprodução do lince ibérico em cativeiro, com vista à sua posterior devolução à natureza, e contribuir para a divulgação e sensibilização do público em geral para a importância da conservação desta espécie.

### **2 - Plano de Acção para a Conservação do Lince Ibérico em Portugal:**

A criação do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico no concelho de Silves, para além de consubstanciar uma medida de compensação, minimização e sobrecompensação dos impactes ambientais decorrentes da construção da Barragem de Odelouca, enquadra-se nas medidas concretizadoras do "Plano de Acção para a Conservação do Lince Ibérico em Portugal", que foi aprovado pelo Despacho n.º 12697/2008, de 23 de Abril de 2008, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 87, de 06 de Maio de 2008.

Nesse Plano de Acção, a propósito da estratégia de educação, sensibilização e comunicação, exorta-se para a necessidade das entidades públicas competentes exercerem pressão positiva para a conservação do lince ibérico, e, desse modo, contribuir para uma necessária mudança de atitudes face à conservação, através do estabelecimento de um plano de comunicação com os seguintes objectivos:


- a) Informar a sociedade civil sobre a situação problemática do lince-ibérico e envolvê-la nos esforços para a sua conservação e recuperação; e,
- b) Manter permanentemente informados todos os agentes implicados na conservação da espécie e restantes sectores da sociedade civil.

Sendo que, no âmbito das acções com maior prioridade previstas no "Plano de Acção para a Conservação do Lince Ibérico em Portugal", destaca-se, pois, a sensibilização de grupos-alvo da sociedade civil, como crianças e jovens, bem como a promoção e realização de actividades turísticas e de animação compatíveis com o aumento da consciência social sobre a problemática da conservação do lince ibérico, geradoras de riqueza (designadamente de base local) e associadas à marca "lince".

### **3 - Silves e o Lince Ibérico:**

A existência de um Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico em Portugal, que tem por missão prioritária assegurar a reprodução de espécimes adequados do ponto de vista etológico, sanitário, reprodutivo e genético, para fundar novas populações em áreas de distribuição histórica ou reforçar populações já existentes, representa uma óbvia oportunidade de criar, em redor do lince ibérico, um roteiro estruturado, promotor do conhecimento sobre a espécie, e dos esforços que têm sido desenvolvidos na sua conservação.

É, sob este desiderato, que, numa reunião ocorrida nas instalações do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, em 19 de Fevereiro de 2014, que contou com a presença de representantes da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, do Município de Silves, da Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Messines, das Águas do Algarve e do próprio Centro Nacional de Reprodução, foi apontada a cidade de Silves como local ideal para acolher o Centro Interpretativo do Lince Ibérico.



Posteriormente à visita dos técnicos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas à cidade de Silves, em finais de Fevereiro de 2014, e consequente elaboração de documento técnico intitulado "No Caminho do Lince", ficou decidido, em reunião realizada na Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, em 26 de Março de 2014, de que a cidade de Silves e o seu Castelo, a serra algarvia, o Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico, a Herdade da Parra, e as vias que estruturam e ligam todos estes locais, apresentam condições singulares para a garantia da exequibilidade de um processo de visita em modo de percurso ou rota turística e pedagógica.

Mais concretamente, no que respeita ao concelho de Silves, e com vista a promover a visita e contacto do público com o trabalho desenvolvido em prol da conservação do lince ibérico, foi unanimemente aprovada uma proposta que contempla, nomeadamente, a criação e apetrechamento de um Centro Interpretativo do Lince Ibérico na encosta norte do Castelo de Silves, que constituiria o ponto de partida para a existência de uma rota do Lince Ibérico.

Esta proposta, alicerçada no documento intitulado "No Caminho do Lince", da autoria do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, apoia-se quer na preexistência de um conjunto de estruturas físicas, que coordenadas de um modo coerente, poderão dar corpo a um percurso de conhecimento e visita, que terá como principal resultado a exposição pública de um projecto de conservação da natureza de elevada relevância nacional e internacional, quer no reaproveitamento e reordenamento das infraestruturas existentes, permitindo dar uso e finalidade a um património público actualmente não operativo e em risco de degradação.

#### **4 - Centro Interpretativo do Lince Ibérico em Silves:**

Constituem atribuições do Município de Silves, nos termos do artigo 23.º, n.ºs 1 e 2, alínea e), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, designadamente nos domínios do património, da cultura e da ciência.

Presentemente, a autarquia tem na promoção do património e desenvolvimento da actividade cultural e científica um dos eixos estratégicos da sua intervenção pública, e, nesse sentido, a criação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico em Silves, nas imediações do seu Castelo, enquadra-se perfeitamente no âmbito da prossecução daquela meta governativa.

Com efeito, a criação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico na cidade de Silves, e sobretudo na proximidade do Castelo de Silves, tem o condão de:

- a) Promover o património natural, concretamente o lince ibérico, como um activo directamente associado à promoção da visitação e ao desenvolvimento local/regional, tendo em conta a existência de várias infra-estruturas locais, bem localizadas e enquadradas do ponto de vista paisagístico e com valências diferenciadas; e,
- b) Promover o patrim nio cultural e científico, concretamente o Castelo de Silves e o Centro de Reprodução Nacional do Lince Ibérico, incrementando o interesse cultural e turístico na visita o do primeiro e na tomada de conhecimento sobre o trabalho científico desenvolvido no segundo; e,
- c) Dinamizar a imagem cultural e turística do concelho de Silves, associando-o   marca "lince".

Neste contexto, e tendo em vista o cumprimento do compromisso assumido com o Estado, o Município de Silves estabeleceu um plano de concepção e implementação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico em Silves ancorado em duas fases:

- ❖ **1.  Fase** - Instalação de uma exposição provisória sobre o lince ibérico na Cisterna da Moura (Aljibe da Alc  ova de Silves), localizada no interior do Castelo de Silves, até   criação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico; e,
- ❖ **2.  Fase** - Concepção e implementação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico na Casa da Quinta do Camacho e seu espaço envolvente, localizada na encosta norte do Castelo de Silves.

A exposição provisória sobre o lince ibérico na Cisterna da Moura foi inaugurada em 16 de Dezembro de 2014, e, desde então, tem constituído um ponto de passagem obrigatório para todos os visitantes do Castelo de Silves, garantindo-se, assim, uma visitação de público diversificado e em grande escala.

No entanto, importa agora avançar para a concepção museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico e assegurar a sua implementação, com os fins e objectivos acima mencionados.

## 5 - Casa da Quinta do Camacho

A edificação que corresponde à Casa da Quinta do Camacho é o resultado de um projecto-piloto de recuperação de técnicas tradicionais de construção de arquitectura em terra, promovido pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na década de 90.



No espaço envolvente da Casa da Quinta do Camacho, existe:

- a) Uma ampla área exterior de fruição pública;
- b) Um edifício destinado a portaria e recepção norte do Castelo de Silves - edificado ao abrigo do "Programa Polis - Viver Silves" e inaugurado em Agosto de 2009 -, onde se encontram previstas uma zona de estar com esplanada e instalações sanitárias separadas por sexos e com acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada; e,
- c) Os passadiços de acesso ao Castelo de Silves, instalados ao longo da encosta norte dessa fortaleza militar, classificada como monumento nacional.



Portaria da Encosta Norte do Castelo de Silves



Passadiços de Acesso ao Castelo de Silves

Todo este edificado encontra-se em estado de abandono, sem qualquer uso desde a altura da inauguração das obras do "Programa Polis - Viver Silves", tendo já sofrido acções de desgaste pelas intempéries e falta de manutenção, bem como acções de vandalismo de onde resultaram a destruição de vãos de portas e janelas, de infra-estruturas técnicas e de mobiliários fixos.

Não obstante, a Casa da Quinta do Camacho apresenta todas as valências necessárias para poder vir a acomodar a instalação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, de acordo com a seguinte orientação funcional:

- Recepção e loja: espaço de entrada/saída no edifício, destinado ao acolhimento de visitantes e venda de produtos de promoção turística da cidade e do concelho de Silves e, especialmente, do lince ibérico.
- Circulação interior: zona de acesso e distribuição às instalações sanitárias e aos espaços de exposição.
- Instalações sanitárias masculino/feminino: espaços pré-existent e definidos pelo projecto de arquitectura de 1993, não se encontrando, por isso, contemplada a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada.
- Espaço expositivo: sala destinada à exposição permanente e monitorização do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico.
- Espaço polivalente: sala para exposições itinerantes, eventos formativos e espaço lúdico infantil.
- Gabinete: sala destinada aos serviços de secretaria, arquivo e documentação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico.
- Pátio: zona exterior central de ambientação e iluminação de todo o edifício.

## 6 - Natureza da Intervenção de Reabilitação e Optimização de Espaços:

Face à particularidade da técnica de construção em terra utilizada no edifício a reabilitar, que corresponde à Casa da Quinta do Camacho, mostra-se conveniente evitar alterações no edificado e nas respectivas infra-estruturas previstas, visando apenas optimizar o uso dos espaços existentes e previamente projectados para o edifício de uso público.





Considerando a lógica de reabilitação da Casa da Quinta do Camacho, e porque a sua área de compartimentos se apresenta limitada, o programa de intervenção a apresentar para o edifício em apreço deverá:

- 1) Contemplar a instalação de um parque infantil e de merendas em espaço exterior amplo confinante com a Casa da Quinta do Camacho, bem como a recuperação dos passadiços de acesso ao Castelo de Silves, de modo a garantir a fruição pública desses espaços e a sua ligação à fortaleza militar; e,
- 2) Garantir a complementaridade da Casa da Quinta do Camacho, a converter no Centro Interpretativo do Lince Ibérico, com o edifício destinado a portaria e recepção norte do Castelo de Silves, onde se encontra prevista uma zona de bar com esplanada e instalação sanitária adaptada a pessoas com mobilidade condicionada; esta edificação, enquanto não for intervencionada pelo Município de Silves, deverá ser encerrada e ocultada com telas que espelhem a imagem do lince ibérico e do seu meio ambiente, criando, assim, um tratamento visual e estético consentâneo com a futura destinação da Casa da Quinta do Camacho.

É importante assegurar que o acesso à Casa da Quinta do Camacho (a reconverter no Centro Interpretativo do Lince Ibérico) possa ser feito, tanto por via da antiga passagem na muralha muçulmana do Castelo de Silves (Porta da Traição), elemento que dista cerca de 10 minutos a pé pela encosta norte do Castelo, aproveitando o seu fluxo diário de visitantes (e daí a importância da requalificação dos passadiços de acesso ao Castelo de Silves e da implementação dos respectivos arranjos exteriores), como a partir de um percurso pedonal de ligação entre o arruamento público (Rua do Castelo) e a área de merendas do futuro Centro Interpretativo do Lince Ibérico e do edifício da portaria e recepção norte do Castelo de Silves; saliente-se que, nas proximidades deste último acesso, existe ainda um parque de estacionamento de grandes dimensões, que poderá facilmente acolher as viaturas dos visitantes.

**Face ao exposto**, a intervenção de reabilitação da Casa da Quinta do Camacho e de optimização de espaços para implementação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, deve apoiar-se num plano de acção articulada de museografia e de obra civil, de acordo com os seguintes parâmetros e especificações técnicas:



## A - MUSEOGRAFIA

Componente	Subcomponente	Descrição
PROJETOS	Projeto de arquitetura da exposição e do mobiliário	Conceção do projeto expositivo de cenografia e mobiliário; conceção da estratégia expositiva, projecto museográfico e acompanhamento à montagem expositiva.
	Projeto de iluminação cénica	Conceção do projeto de iluminação cénica ( <i>Light design</i> ), incluindo adaptação das infraestruturas existentes e acompanhamento à montagem.
	Projeto de infografia	Conceção dos projetos de infografia, design gráfico expositivo, sinalética, design multimédia das aplicações interativas propostas em projeto e acompanhamento à montagem.
	Projeto de comunicação e divulgação	Projeto gráfico, paginação e acompanhamento à produção de catálogo da exposição, desdobrável, cartaz, convite de inauguração e produtos de <i>merchandising</i> .
GESTÃO E TRATAMENTO DE PROJETOS E CONTEÚDOS		Coordenação, gestão processual e financeira; reuniões de projetos com a equipa e cliente.
		Coordenação da museologia e museografia; consultoria efetiva com o cliente.
		Acompanhamento à execução e montagem dos vários projetos - calendário de reuniões a definir.
CONTEÚDOS CIENTÍFICOS E GRÁFICOS	Produção e fornecimento de peças sonoras, ilustração, textos, vídeo e multimédia	Concepção e desenvolvimento de conteúdos escritos para as temáticas principais. Coordenação com os consultores científicos do projeto.
		Tradução e legendagem de todas as peças em 2 línguas: português e inglês.
		Vocalização de conteúdos para peças multimédia; edição bilingue (português e inglês).
		Conceção e realização de fotografias e ilustrações necessárias aos diversos guiões expositivos (painéis, catálogo, aplicações multimédia e documentário), incluindo recolha e tratamento de imagens para o catálogo e desdobrável.
		Filmagem e realização dos vídeos necessários aos diversos guiões expositivos; produção de peças videográficas originais.
		Edição e animações de conteúdos; produção de peças multimédia originais.
		Captação, edição e produção de sons para percurso expositivo e peças multimédia.
	Aquisição externa de conteúdos	Aquisição de fotografia específica para as temáticas do projeto.
		Aquisição de vídeos do projeto LINCE via ICNF.
MOBILIÁRIO E ESTRUTURAS EXPOSITIVAS (produção, fornecimento e montagem)		Fornecimento e montagem de todas as estruturas, cenografias e mobiliário móvel e fixo relativo ao percurso expositivo, incluindo vitrinas, bases, mesas de luz, suportes metálicos e acrílicos para peças individuais (inclui-se igualmente o mobiliário do espaço de receção e do gabinete de arquivo e documentação).
ILUMINAÇÃO		Fornecimento e montagem de todo o material e

(e infraestrutura cénica expositiva)		equipamento relativo à iluminação cénica expositiva, incluindo iluminação de vitrines, caixas de luz, peças específicas, ambiente, focos, etc., de acordo com projeto de <i>Light design</i> .
		Inclui adaptação das infraestruturas existentes para adequação ao percurso proposto (tomadas e pontos de luz), bem como trabalhos de construção civil necessários.
DESIGN GRÁFICO EXPOSITIVO, sinalética e material de comunicação e divulgação  (produção, fornecimento e montagem, se aplicável)	Sinalética EDIFÍCIO	Produção, fornecimento e aplicação da sinalética de espaço expositivo e restante edifício (sinalética orientadora, sinalética exterior imediata ao edifício e painel informativo de entrada).
	<i>Design gráfico expositivo</i>	Produção, fornecimento e aplicação de todo o sistema de painéis e <i>lettering</i> expositivo.
	Sinalética EXTERIOR	Telas exteriores de recobrimento de fachadas, impressas, esticadas em estrutura de ilhós, para recobrimento de edifício envidraçado de receção e acolhimento (em frente ao Centro de Interpretação).
		Painéis (#3) de sinalética exterior orientativa (CI, Receção, Passadiços do Castelo, etc).
	Material de comunicação e divulgação	Produção e fornecimento de todo o material de comunicação e divulgação em formato bilingue (português e inglês); paralelamente podem produzir-se desdobráveis/folhas de sala também em espanhol e francês.
RÉPLICAS E MAQUETES  (produção, fornecimento e montagem, se aplicável)		Produção e fornecimento de réplicas e maquetes inseridas no percurso acessível.
		Reaproveitamento e novo tratamento de réplicas e maquetes pré-existent.
		Produção de dioramas e cenografias interpretativas integradas no percurso expositivo.
MULTIMÉDIA  (aplicações multimédia e equipamentos)		Desenvolvimento, produção, fornecimento e montagem de todo o material de <i>software</i> , <i>hardware</i> e equipamento do percurso expositivo.
		Desenvolvimento, produção, fornecimento de áudio-vídeo-guias (português e inglês)

## B – OBRA CIVIL

Componente	Subcomponente	Descrição
PROJETOS de EXECUÇÃO (a desenvolver nos primeiros 6 meses)	Projeto de arquitetura e especialidades do edifício	Projetos de arquitetura e de reabilitação do edifício (inclui o projeto relativo ao sistema de segurança contra riscos de incêndio e sistema de segurança contra intrusão no edifício e propriedade).
		Projeto de AEE para as instalações sanitárias (caso necessário).
		Projeto de ADAPTAÇÃO de Instalações Elétricas EXISTENTES; Projeto de ITED.


6

Faz-se notar que a intervenção de reabilitação da Casa da Quinta do Camacho, com a sua reconversão no Centro Interpretativo do Lince Ibérico, e respectiva optimização dos espaços exteriores, tem necessariamente de compatibilizar-se com o edifício destinado a portaria e recepção norte do Castelo de Silves, de modo a não coarctar a possibilidade de converter essa edificação - num futuro próximo - no ponto de partida para a implementação das mais diversas rotas turísticas, científicas, culturais e/ou gastronómicas do concelho de Silves, nomeadamente as rotas "No caminho do Lince" ou da "Laranja".

Dá a importância da reconversão da Casa da Quinta do Camacho no Centro Interpretativo do Lince Ibérico não prejudicar a futura reactivação do edifício da portaria e recepção norte do Castelo de Silves (mediante a realização das obras necessárias), enquanto ponto aglutinador de toda a informação necessária ao visitante para percorrer as mais diversas rotas do concelho de Silves, conferindo-se, assim, escala a uma visita mais estruturada.

Neste local, o visitante poderia, por exemplo, visualizar um mapa de grandes dimensões (ou maquete física tridimensional, com possibilidade de adição/sobreposição de conteúdos multimédia) do concelho onde as mais diversas rotas se desenvolvem (turísticas e culturais, sobre o mais diversos patrimónios a explorar), sempre interactivo e multilíngue, bem como adquirir o mais variado material informativo (brochuras, livros, posters), *merchandising* e serviços, a partir de um balcão/recepção (no piso superior do edifício da portaria, área de acesso através da Porta da Traição do Castelo de Silves, apresenta-se como concebível a concessão de um espaço de cafetaria ou snack-bar, com livre acesso à internet).

De todo o modo, a reabilitação e reconversão prioritária da Casa da Quinta do Camacho no Centro Interpretativo do Lince Ibérico, com a abrangência funcional e programática devida, e a requalificação dos passadiços de acesso ao Castelo de Silves e dos respectivos arranjos exteriores, permitirá consolidar um novo e importantíssimo polo cultural e científico na cidade de Silves, que reúne todas as condições para tornar-se num espaço de fruição pública relevante, atenta a sua proximidade com o Castelo de Silves.



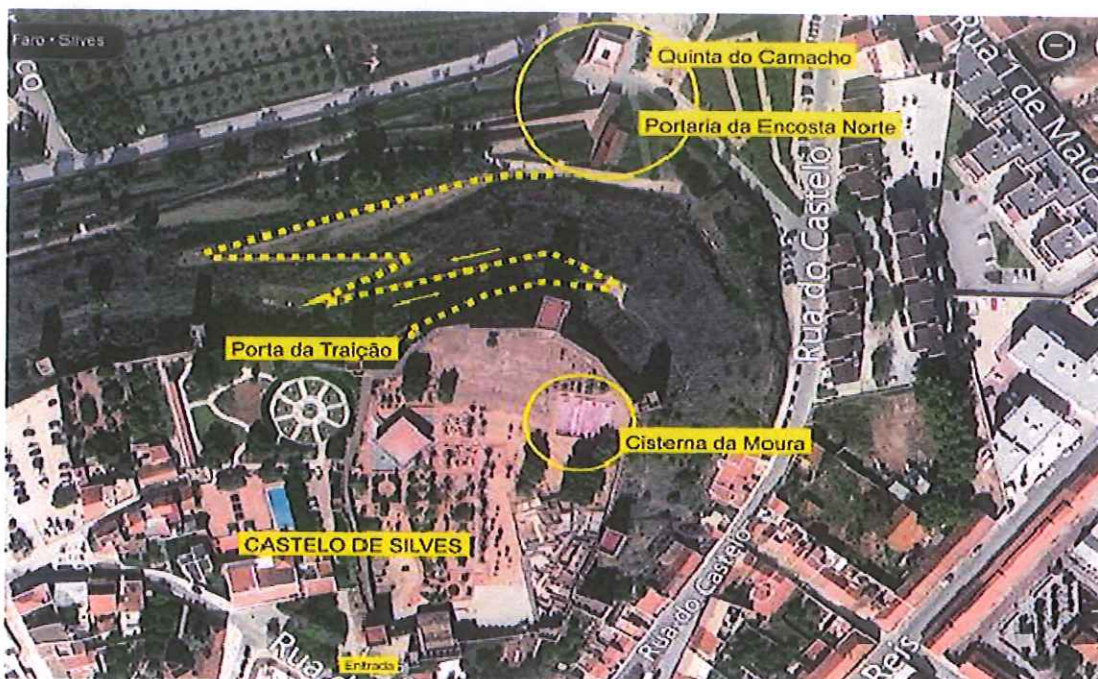
O Centro Interpretativo do Lince Ibérico deverá albergar uma exposição permanente sobre o Lince Ibérico, adaptando-se para tal a Casa da Quinta do Camacho; sendo que, sem prejuízo do aproveitamento dos elementos que integram a exposição provisória sobre o lince ibérico na Cisterna da Moura (Aljibe da Alcáçova de Silves), localizada no interior do Castelo de Silves, o Centro Interpretativo do Lince Ibérico - equipado com diversas tipologias de painéis com informação e textos apelativos e bilingues, alternando com maquetes tridimensionais e peças cenográficas várias (do Lince Ibérico, das suas presas, armadilhas-caixa, material de telemetria, dejectos, pegadas, maroços e aspectos diversos das paisagens de matagais mediterrâneos que o Lince prefere) e equipamentos multimédia, onde também se disponibilizaria informação sobre as equipas a operar no Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico - seria entendido pelo público visitante como o foco essencial do processo de visita da rota "No Caminho do Lince", nele podendo estruturar e programar toda a posterior visita, quer aos vários polos componentes da rota, quer ao restante território municipal.

## **7 - A Rota "No Caminho do Lince":**

A criação da Rota "No Caminho do Lince" tem como objectivo a sensibilização da população para a preservação do Lince Ibérico (*Lynx pardinus*), enquanto animal criticamente em perigo, aliada à promoção da visita do concelho de Silves (turismo da natureza, científico e cultural) e ao desenvolvimento local/regional, com a valorização de várias infraestruturas locais pré-existent, bem localizadas e enquadradas do ponto de vista paisagístico e com valências diferenciadas.

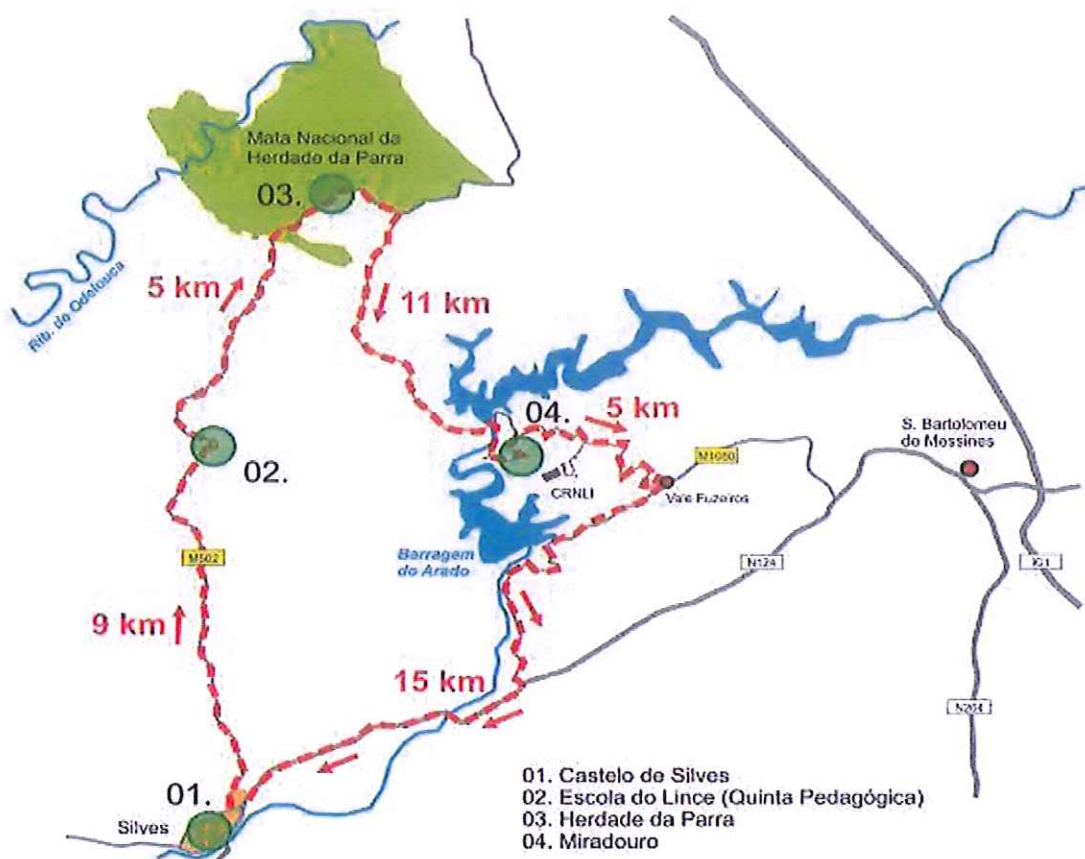
Assim sendo, a reconversão da Casa da Quinta do Camacho no Centro Interpretativo do Lince Ibérico poderá consubstanciar o ponto de partida para vários percursos de visita nos territórios de reintrodução do Lince Ibérico, abordando-se, em particular, o troço entre Silves e a Serra.

Pelo que a rota "No Caminho do Lince" seria desenvolvida a partir do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, localizado na Casa da Quinta do Camacho, na encosta norte do Castelo de Silves (monumento nacional, o segundo mais visitado do Algarve), com capacidade para acolher público em número elevado, aproveitando-se, assim, a dinâmica turística própria da cidade de Silves.



Seguindo na direcção da Serra de Silves, afigura-se possível promover, junto a um público mais restrito e interessado, a Quinta Pedagógica de Silves, guardiã do património imaterial, humano e ambiental relacionado com a cultura tradicional serrana, que pode igualmente acolher um espaço destinado à Escola do Lince (aproveitando elementos expositivos e informação da exposição do Lince Ibérico na Cisterna da Moura), e, mais a norte, a Herdade da Parra, no âmbito do projecto "Nova Serra", que visa a promoção do turismo da natureza e da educação ambiental, poderá vir a integrar um cercado de visitação com alguns espécimes de Lince Ibérico sem condições para libertação na natureza, e cuja observação directa seria realizada através de torres elevadas usando o relevo natural.

Finalmente, voltando de novo para sul, na direcção da barragem do Arade, importa promover o "Miradouro das Caravanas", de onde se avista, a uma curta distância, os cercados do Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico. A partir daqui, a rota terminaria com o regresso a Silves, perfazendo um total de 45 km (ver Mapa 1).



Mapa 1. Rota "No caminho do Lince".



A rota "No Caminho do Lince" desenvolver-se-ia, deste modo, através da Estrada Municipal n.º 502, Caminho Municipal n.º 1080 e Vale Fuzeiros, devendo na ligação entre os diversos locais incluídos na rota ser previsto a marcação e sinalização ao longo destas vias, em complemento e apoio ao processo de visitação direccionado para o conhecimento e divulga o do trabalho de conserva o do Lince Ibérico.

Para este fim, poder-se-ia recorrer à aplica o de sinalética, segundo o modelo previsto na Portaria n.º 98/2015, de 31 de Março, ou outra considerada mais adequada.

A realiza o de percursos pedonais ou cicláveis que promovam a liga o entre os vários p los aglutinadores da rota, sem utiliza o das vias acima referidas, poderá, no futuro, vir a constituir uma outra perspectiva para implementar, em vários níveis, o processo de visita o.

## **8 - Conclusão:**

São estes os princípios, requisitos e linhas orientadoras que suportam os termos de referência do concurso público de concep o da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, tendo por objecto a selec o de um trabalho onde seja apresentada uma estratégia comunicacional que inclua, para além da concep o da imagem do Centro Interpretativo do Lince Ibérico e de uma proposta museológica e museográfica, uma soluço de comunica o e divulga o desse equipamento, bem como o consequente desenvolvimento, implementa o e concretiza o do trabalho de concep o seleccionado.

Por via do referido concurso público, o Município de Silves compromete-se a promover a aquisi o - por ajuste directo, em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos - dos serviços de desenvolvimento, implementa o e concretiza o do trabalho seleccionado no âmbito do concurso de concep o da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, incluindo o fornecimento e montagem de todos os bens necessários.

Com a implementa o do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, na proximidade do Castelo de Silves, o Município de Silves promove o patrim nio natural, cultural e científico existente no território municipal, associando-se   marca "lince" e participando na política pública de preserva o da espécie.

**Senão vejamos:**



Promove-se o património natural, mais concretamente o lince ibérico, enquanto activo directamente associado à promoção da visitação e ao desenvolvimento local/regional, tendo em conta a existência de várias infra-estruturas locais, bem localizadas e enquadradas do ponto de vista paisagístico e com valências diferenciadas.

De igual modo, promove-se o patrim nio cultural e científico, concretamente o Castelo de Silves e o Centro de Reprodução Nacional do Lince Ibérico, incrementando o interesse cultural e turístico na visitação do primeiro e na tomada de conhecimento sobre o assinalável trabalho científico desenvolvido no segundo.

E, por outro lado, dinamiza-se a imagem cultural e turística do concelho de Silves, associando-o   marca "lince".

Por fim, e não de somenos importância, identifica-se o Município de Silves como entidade pública empenhada na salvaguarda e preservação do lince ibérico, contribuindo activamente para a divulgação, sensibilização e educação do público em geral para a importância da conservação da espécie, e como autarquia com potencial para atrair turistas no domínio do patrim nio natural, cultural e científico, com o seu conseqüente envolvimento na estratégia nacional de turismo.

Silves, 23.. de outubro.. de 2019

A Presidente da Câmara Municipal de Silves

Rosa Cristina Gonçalves da Palma



Anexo II

Ajuste Direto

CADERNO DE ENCARGOS

Silves, 23 outubro de 2019



## ÍNDICE

<b>CADERNO DE ENCARGOS</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup>	3
Objecto	3
Cláusula 2. <sup>a</sup>	3
Preço Base	3
Cláusula 3. <sup>a</sup>	3
Contrato	3
Cláusula 4. <sup>a</sup>	4
Duração do Contrato	4
Cláusula 5. <sup>a</sup>	4
Obrigações Principais do Prestador de Serviços	4
Cláusula 6. <sup>a</sup>	6
Conformidade e Operacionalidade dos Bens	6
Cláusula 7. <sup>a</sup>	7
Entrega dos Bens objeto do Contrato	7
Cláusula 8. <sup>a</sup>	7
Verificação da Qualidade dos Bens	7
Garantia Técnica	7
Cláusula 10. <sup>a</sup>	8
Informação e Sigilo	8
Cláusula 11. <sup>a</sup>	9
Preço Contratual	9
Cláusula 12. <sup>a</sup>	9
Condições de Pagamento	9
Cláusula 13. <sup>a</sup>	10
Sanções Contratuais	10
Cláusula 14. <sup>a</sup>	10
Força Maior	10
Cláusula 15. <sup>a</sup>	11
Resolução por parte do Contraente Público	11
Cláusula 16. <sup>a</sup>	12
Execução da Caução	12
Cláusula 17. <sup>a</sup>	13
Seguros	13
Cláusula 18. <sup>a</sup>	13
Foro Competente	13
Cláusula 19. <sup>a</sup>	13
Subcontratação e Cessão da Posição Contratual	13
Cláusula 20. <sup>a</sup>	13
Responsabilidade	13
Cláusula 21. <sup>a</sup>	14
Comunicações e Notificações	14
Cláusula 22. <sup>a</sup>	14
Gestor do Contrato	14
Cláusula 23. <sup>a</sup>	14
Contagem dos Prazos	14
Cláusula 24. <sup>a</sup>	14
Legislação Aplicável	14
<b>PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS</b>	<b>15</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup>	15
Enquadramento do Projeto	15



**SIL  
VES**  
câmara municipal

Designação: Aquisição de serviços de desenvolvimento, implementação e concretização do trabalho de conceção seleccionado no âmbito do concurso público de conceção da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico

A Presidente da Câmara Municipal

Rosa Cristina Gonçalves da Palma

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

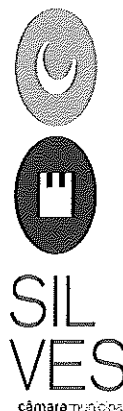
Cláusula 2. <sup>a</sup> .....	15
Local da Intervenção .....	15
Cláusula 3. <sup>a</sup> .....	15
Equipa Técnica .....	15
Cláusula 4. <sup>a</sup> .....	16
Compromisso do Município de Silves .....	16
Cláusula 5. <sup>a</sup> .....	16
Condições da Prestação de Serviços e Fornecimento de Bens .....	16
Cláusula 6. <sup>a</sup> .....	19



**SIL  
VES**  
câmara municipal

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

**Aquisição de Serviços de Desenvolvimento, Implementação e  
Concretização do Trabalho de Conceção da Estratégia Museológica e  
Museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico**



**CADERNO DE ENCARGOS**

**Parte I - Cláusulas Jurídicas**

**Capítulo I - Disposições Gerais**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>  
Objecto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação de serviços de desenvolvimento, implementação e concretização do trabalho seleccionado no âmbito do concurso de conceção da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, incluindo o fornecimento e montagem de todos os bens necessários.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>  
Preço Base**

1 - O valor base é de € 295.000,00 (Duzentos e noventa e cinco mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2 - Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 90% do preço base.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>  
Contrato**

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2 - O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada; e,
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

5 - Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Duração do Contrato**

1 - O contrato vigora até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - A data limite para a execução do contrato não pode ir além do dia 31 de Dezembro de 2021.

### **Capítulo II - Obrigações Contratuais**

#### **Secção I - Obrigações do Prestador de Serviços**

##### **Subsecção I - Disposições Gerais**

#### **Cláusula 5.ª**

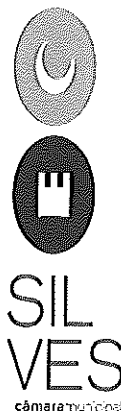
##### **Obrigações Principais do Prestador de Serviços**

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais, as quais têm sempre por base o trabalho de conceção seleccionado no âmbito do concurso de conceção:

- a) Obrigação de executar os serviços e o fornecimento nos termos das disposições do presente caderno de encargos, sem interrupção de contagem de prazo contratual aos sábados, domingos e feriados, e conforme cronograma de trabalhos apresentado;

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

- b) Obrigação de designar um técnico coordenador, de acordo com o perfil e condições constantes da Parte II do presente caderno de encargos;
- c) Obrigação de cumprir escrupulosamente com o definido no trabalho de conceção seleccionado;
- d) Obrigação de assegurar o pagamento de honorários e de zelar pelo cumprimento dos contratos que venham a ser celebrados com terceiros, nomeadamente com eventuais consultores/investigadores;
- e) Obrigação de elaborar, nos primeiros seis meses de execução da prestação de serviços, os projetos de arquitetura e de especialidades, possibilitando a elaboração, por parte do Município de Silves, das peças do procedimento para subsequente lançamento do procedimento de contratação pública para adjudicação da empreitada de reabilitação do edifício destinado ao futuro Centro Interpretativo do Lince Ibérico (Casa da Quinta do Camacho). A calendarização destes trabalhos deverá ser a seguinte: estudo prévio - 15 dias; projeto de licenciamento - 45 dias; projeto de execução - 4 meses.
- f) Obrigação de elaborar e executar o projeto museográfico nas suas diferentes componentes: projeto expositivo, de cenografia e mobiliário, incluindo estratégias de acessibilidades inclusivas, design de comunicação (estacionário, cartazes, convite de inauguração e produtos de *merchandising*), infografia, iluminação cénica e de adaptação das infraestruturas existentes, bem como o projeto de comunicação, incluindo a identidade, o estacionário e a divulgação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, garantindo-se a materialização da estratégia expositiva;
- g) Obrigação de coordenação, gestão, consultoria efetiva, produção e adaptação de conteúdos escritos e gráficos no âmbito da geologia, biologia, ecologia, etnografia e arqueologia, incluindo os fornecidos pelo Município de Silves, bem como tradução para Inglês e acompanhamento à execução e montagem;
- h) Obrigação à produção e aquisição de fotografias, imagens/ilustrações e maquetes para suportes expositivos, aplicações multimédia e audiovisuais;
- i) Obrigação de desenvolvimento, produção, fornecimento e montagem de todo o material de *software* e *hardware* relativo ao percurso expositivo, incluindo-se a captação e produção de peças sonoras, o desenvolvimento de guião, filmagens e produção de documentário (6 a 10 minutos), em português e inglês;
- j) Obrigação de produção, fornecimento e montagem de todas as estruturas expositivas, cenografias e mobiliário móvel e fixo relativo ao percurso, incluindo vitrinas, bases, mesas de luz, suportes metálicos e acrílicos para peças individuais;
- k) Obrigação de produção, fornecimento e aplicação de todo o sistema de painéis expositivos e infografia do percurso, incluindo vinis recortados,



Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

vinis impressos, painéis em PVC ou madeira impressa e recortada, telas e tecidos para caixas de luz, textos e imagens, e inclusão de tela de exterior;

- l) Obrigação de produção, fornecimento e montagem de sinalética orientadora e identificadora das áreas funcionais e dos espaços, incluindo suportes de acessibilidades inclusivas;
- m) Obrigação de produção, fornecimento e montagem de dioramas, maquetes tridimensionais, réplicas e cenografias interpretativas, incluindo reaproveitamento e novo tratamento de dioramas e maquetes preexistentes;
- n) Obrigação de produção, fornecimento e montagem de todo o material e equipamento relativo à iluminação cénica expositiva, de acordo com o projeto de iluminação cénica e incluindo a adaptação das infraestruturas existentes;
- o) Obrigação de produção de catálogo da exposição (500 exemplares, formato fechado 21,5 x 21,5 cm, c. de 56 páginas + capa, em português e inglês, miolo impresso a 4/4 cores, papel e acabamento a definir), 50 cartazes (formato A4 e A3) e 6.000 desdobráveis (1.500 em português, inglês, espanhol e francês), e, caso se justifique, 100 convites de inauguração;
- p) Obrigação de garantir o cumprimento de todas as medidas legais respeitantes a condições de segurança, higiene e saúde na execução dos trabalhos, assim como a entrega da ficha de procedimento de segurança dos trabalhos a executar, de acordo com a legislação em vigor;
- q) Obrigação de apresentar listagem de bens móveis devidamente discriminados e valorizados; e,
- r) Obrigação de garantia dos bens fornecidos.

2 - A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais, logísticos e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Conformidade e Operacionalidade dos Bens**

1 - O fornecedor obrigar-se-á a entregar ao Município de Silves os bens objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na Parte II do presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua imediata entrada em funcionamento.



Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Silves por qualquer defeito ou discrepância que afete os bens objeto do contrato aquando da sua entrega.

#### **Cláusula 7.ª** **Entrega dos Bens objeto do Contrato**

1 - Salvo determinação do Município de Silves em contrário, os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados nos espaços destinados ao Centro Interpretativo do Lince Ibérico e à sua envolvente, de acordo com cronograma de trabalhos apresentado.

2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

3 - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorrerá a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município de Silves, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

4 - São da responsabilidade do fornecedor todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e com a respetiva instalação.

#### **Cláusula 8.ª** **Verificação da Qualidade dos Bens**

O fornecedor deve facultar ao Município de Silves todos os meios necessários à verificação da qualidade e eficiência do fornecimento efetuado, obrigando-se a, dentro dos prazos que lhe forem marcados na respetiva notificação, substituir ou recondicionar todo o equipamento, material e/ou refazer todo o trabalho que, com base nos pareceres técnicos, não forem considerados dentro das características contratadas ou requeridas.

#### **Cláusula 9.ª** **Garantia Técnica**

1 - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e às garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato pelo prazo de dois anos (ou prazo superior, quando proposto pelo fornecedor) a contar da data da sua entrega, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

2 - A garantia prevista no número anterior abrange:



**SIL  
VES**  
câmara municipal

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.



3 - O Município de Silves deve, no prazo máximo de dois meses a contar da data em que tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

4 - A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município de Silves e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

## Subsecção II - Dever de Sigilo

### Cláusula 10.<sup>a</sup> Informação e Sigilo

1 - O co-contratante deve prestar ao Município de Silves todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo, por seu turno, o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo co-contratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

2 - Salvo quando, por força do contrato, caiba ao co-contratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao Município de Silves a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.

3 - O Município de Silves e o co-contratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

## Secção II - Obrigações do Município de Silves

### Cláusula 11.<sup>a</sup> Preço Contratual

1 - Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Silves deverá pagar, ao prestador de serviços, os serviços efetivamente prestados, nos termos da Parte II do caderno de encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada, os quais deverão estar em conformidade com os constantes do trabalho seleccionado no âmbito do concurso de conceção.

2 - O preço contratual incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Silves, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### Cláusula 12.<sup>a</sup> Condições de Pagamento

1 - O valor referente aos fornecimentos e serviços objeto do presente procedimento é repartido e faturado da seguinte forma:

- I. Entrega dos projetos de arquitetura e especialidades: 20% do valor total;
- II. Entrega do projeto de museografia e iluminação cenográfica: 20% do valor total;
- III. Entrega do projeto de mobiliário: 20% do valor total;
- IV. Início das montagens: 20% do valor total;
- V. Após conclusão dos serviços e fornecimentos de todos os bens: 20% do valor total.

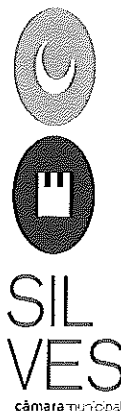
2 - As quantias devidas pelo Município de Silves, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas após a receção, pelo contraente público, das respetivas faturas, no prazo de 30 dias, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

3 - As faturas deverão ser enviadas para o Município de Silves, Divisão Financeira, Largo do Município, 8300-Silves, com a indicação do número da nota de encomenda.

4 - Para os efeitos do disposto no n.º 1, a obrigação considerar-se-á vencida com a prestação do serviço efetuado, de acordo com a nota de encomenda.

5 - Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a prestar.

6 - Em caso de discordância por parte do Município de Silves, quanto aos valores indicados nas faturas, deverá este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.



Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

7 - Desde que devidamente emitidas as faturas e observado o disposto na cláusula 7.ª e no n.º 1 da presente cláusula, os pagamentos serão efetuados preferencialmente através de transferência bancária.

### Capítulo III - Sanções Contratuais e Resolução

#### Cláusula 13.ª Sanções Contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Silves pode aplicar ao prestador de serviços as seguintes sanções contratuais:

- a) Incumprimento do prazo de execução contratual, sendo o montante da sanção calculado de acordo com a seguinte fórmula: " $P=Ad \times Pd \times 2$ ", em que "P" corresponde ao valor da penalidade, "Ad" corresponde ao número de dias em atraso e "Pd" ao preço/dia, fixado em € 1.000,00 (Mil euros);
- b) Incumprimento do cronograma de trabalhos, sendo o montante da sanção calculado de acordo com a seguinte fórmula: " $P=Ad \times Pd \times 2$ ", em que "P" corresponde ao valor da penalidade, "Ad" corresponde ao número de dias em atraso e "Pd" ao preço/dia, fixado em € 50,00 (Cinquenta euros);
- c) Incumprimento de qualquer outra obrigação, sendo o montante mínimo da sanção equivalente à quantia de € 1.000,00 (Mil euros).

2 - O valor acumulado das sanções contratuais referidas no número anterior não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

3 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Silves decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento para efeitos da aplicação da sanção prevista na alínea c) do n.º 1 da presente cláusula, o Município de Silves tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 - As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Silves exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### Cláusula 14.ª Força Maior

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não constitui incumprimento

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

contratual, pelo que não devem, nesses casos, ser impostas sanções contratuais ao prestador de serviços.

2 - Entende-se como caso de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações contratuais, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3 - Desde que verificados os pressupostos do número anterior, podem constituir casos de força maior, entre outros, os sismos ou tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituem casos de força maior:

- a) As circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) As determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) As manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- d) Os incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) As avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem; e,
- f) Os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias de facto que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das prestações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 15.ª**

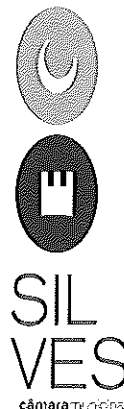
#### **Resolução por parte do Contraente Público**

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Silves pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas neste caderno de encargos;

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

- b) Se não for cumprido o previsto no trabalho de conceção seleccionado;
- c) Quando a demora das prestações de serviços exceder em trinta dias o prazo fixado no contrato;
- d) Quando a demora na reposição do bom funcionamento da solução exceder em trinta dias a data da notificação;
- e) Quando a demora na entrega dos bens, após eventual rejeição nos termos fixados na cláusula 7.ª, exceder em trinta dias a data da notificação;
- f) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente o estipulado na cláusula 6.ª e 8.ª; e,
- g) Quando houver recusa expressa no pagamento das sanções contratuais.



2 - O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Silves.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer acção judicial que venha a ser instaurada por parte do Município de Silves com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com o incumprimento contratual imputável ao prestador de serviços.

#### **Capítulo IV - Caução e Seguros**

##### **Cláusula 16.ª Execução da Caução**

1 - A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos dos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos, pode ser executada pelo Município de Silves, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo, por parte do prestador de serviços, das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2 - A resolução do contrato pelo Município de Silves não impede a execução da caução, contanto que para tal haja motivo.

3 - A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores, constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação do Município de Silves para esse efeito.

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

4 - A caução a que se referem os números anteriores será liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 17.ª** **Seguros**

1 - São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2 - O Município de Silves pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias úteis.

### **Capítulo V - Resolução de Litígios**

#### **Cláusula 18.ª** **Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Capítulo VI - Disposições Finais**

#### **Cláusula 19.ª** **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da sua posição contratual depende da autorização do Município de Silves, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 20.ª** **Responsabilidade**

1 - O prestador de serviços responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pelo Município de Silves, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência da prestação de serviços, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 16.ª.

2 - Se o Município de Silves tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse facto e

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

seja a que título for, houver que suportar, assistindo ao contraente público o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

3 - O Município de Silves não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores municipais, no exercício das respetivas funções.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>** **Comunicações e Notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte outorgante.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>** **Gestor do Contrato**

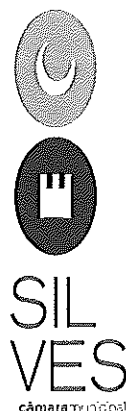
Nos termos do n.º 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, os gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, serão os funcionários deste Município: Maria José Gonçalves e João Matias.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>** **Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>** **Legislação Aplicável**

Em tudo o que os presentes termos e condições forem omissos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.





Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

## PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

### Cláusula 1.ª

#### Enquadramento do Projeto

Designação/Nome do Projeto: Centro Interpretativo do Lince Ibérico.

**Objetivo:** Aquisição de serviços de desenvolvimento, implementação e concretização do trabalho de conceção seleccionado no âmbito do concurso público de conceção da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico.

### Cláusula 2.ª

#### Local da Intervenção

O Centro Interpretativo do Lince Ibérico irá ser instalado na Casa da Quinta do Camacho e no seu espaço envolvente, localizados na encosta norte do Castelo de Silves, em Silves.

### Cláusula 3.ª

#### Equipa Técnica

1 - O adjudicatário deve designar um técnico coordenador com experiência relevante na coordenação de projetos de museografia.

2 - O técnico coordenador deve cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos, que devem ser garantidos pelo adjudicatário:

- a) Licenciatura numa das áreas referidas como fundamentais para o desenvolvimento do projeto (biologia, arqueologia, museologia, taxidermia e restauro);
- b) Experiência relevante, no mínimo de 10 anos.

3 - Os restantes técnicos que irão integrar a equipa devem apresentar qualificações adequadas às funções que desempenharão, sendo obrigatoriamente composta por técnicos com formação na área da arqueologia, museologia/museografia, arquitetura, design gráfico e multimédia, bem como consultores/investigadores com valências e currículo académico, devendo ser indicado o coordenador científico responsável.

4 - Após outorga do contrato, o adjudicatário fica obrigado, no prazo máximo de 5 dias úteis, a entregar documento com composição da equipa, que contenha a respetiva identificação e contatos, bem como a constituição nominativa da equipa projetista, identificando as habilitações profissionais específicas de cada um dos seus membros, acompanhado dos seguintes elementos/documentos:

- a) *Curriculum vitae*, datados e assinados, com indicação de experiência profissional no âmbito do tipo de trabalhos a realizar; e,

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

- b) Indicação dos restantes elementos da equipa, com indicação de experiência profissional sumária, no âmbito do tipo de trabalhos a realizar.

5 - Qualquer substituição que seja necessário efetuar no que concerne à equipa, deve ser comunicada por escrito ao Município de Silves, garantindo a substituição por elemento(s) com perfil equivalente ao(s) elemento(s) substituído(s).

#### Cláusula 4.<sup>a</sup> Compromisso do Município de Silves

O Município de Silves assume o compromisso de fornecer os elementos necessários ao correto desenvolvimento do projeto expositivo, designadamente, programa museológico e plantas do edificado e demais construções existentes no espaço envolvente.

#### Cláusula 5.<sup>a</sup> Condições da Prestação de Serviços e Fornecimento de Bens

1 - O contrato a celebrar tem por objeto a prestação de serviços e fornecimento de bens, nos seguintes termos:

##### A - MUSEOGRAFIA

Componente	Subcomponente	Descrição
PROJETOS	Projeto de arquitetura da exposição e do mobiliário	Conceção do projeto expositivo de cenografia e mobiliário; conceção da estratégia expositiva, projecto museográfico e acompanhamento à montagem expositiva.
	Projeto de iluminação cénica	Conceção do projeto de iluminação cénica ( <i>Light design</i> ), incluindo adaptação das infraestruturas existentes e acompanhamento à montagem.
	Projeto de infografia	Conceção dos projetos de infografia, design gráfico expositivo, sinalética, design multimédia das aplicações interativas propostas em projeto e acompanhamento à montagem.
	Projeto de comunicação e divulgação	Projeto gráfico, paginação e acompanhamento à produção de catálogo da exposição, desdobrável, cartaz, convite de inauguração e produtos de <i>merchandising</i> .
GESTÃO E TRATAMENTO DE PROJETOS E CONTEÚDOS		Coordenação, gestão processual e financeira; reuniões de projetos com a equipa e cliente.
		Coordenação da museologia e museografia; consultoria efetiva com o cliente.
		Acompanhamento à execução e montagem dos vários projetos - calendário de reuniões a definir.
CONTEÚDOS CIENTÍFICOS E GRÁFICOS	Produção e fornecimento de peças sonoras, ilustração, textos, vídeo e multimédia	Concepção e desenvolvimento de conteúdos escritos para as temáticas principais. Coordenação com os consultores científicos do projeto.
		Tradução e legendagem de todas as peças

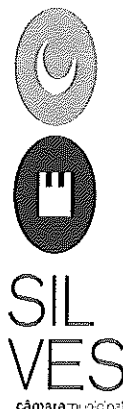
Designação: Aquisição de serviços de desenvolvimento, implementação e concretização do trabalho de conceção seleccionado no âmbito do concurso público de conceção da estratégia museológica e museográfica do Centro Interpretativo do Lince Ibérico

A Presidente da Câmara Municipal

Rosa Cristina Gonçalves da Palma

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

		em 2 línguas: português e inglês.
		Vocalização de conteúdos para peças multimédia; edição bilingue (português e inglês).
		Conceção e realização de fotografias e ilustrações necessárias aos diversos guiões expositivos (painéis, catálogo, aplicações multimédia e documentário), incluindo recolha e tratamento de imagens para o catálogo e desdobrável.
		Filmagem e realização dos vídeos necessários aos diversos guiões expositivos; produção de peças videográficas originais.
		Edição e animações de conteúdos; produção de peças multimédia originais.
		Captação, edição e produção de sons para percurso expositivo e peças multimédia.
	Aquisição externa de conteúdos	Aquisição de fotografia específica para as temáticas do projeto.
		Aquisição de vídeos do projeto LINCE via ICNF.
MOBILIÁRIO E ESTRUTURAS EXPOSITIVAS (produção, fornecimento e montagem)		Fornecimento e montagem de todas as estruturas, cenografias e mobiliário móvel e fixo relativo ao percurso expositivo, incluindo vitrinas, bases, mesas de luz, suportes metálicos e acrílicos para peças individuais (inclui-se igualmente o mobiliário do espaço de receção e do gabinete de arquivo e documentação).
ILUMINAÇÃO (e infraestrutura cénica expositiva)		Fornecimento e montagem de todo o material e equipamento relativo à iluminação cénica expositiva, incluindo iluminação de vitrines, caixas de luz, peças específicas, ambiente, focos, etc., de acordo com projeto de <i>Light design</i> .
		Inclui adaptação das infraestruturas existentes para adequação ao percurso proposto (tomadas e pontos de luz), bem como trabalhos de construção civil necessários.
DESIGN GRÁFICO EXPOSITIVO, sinalética e material de comunicação e divulgação (produção, fornecimento e montagem, se aplicável)	Sinalética EDIFÍCIO	Produção, fornecimento e aplicação da sinalética de espaço expositivo e restante edifício (sinalética orientadora, sinalética exterior imediata ao edifício e painel informativo de entrada).
	Design gráfico expositivo	Produção, fornecimento e aplicação de todo o sistema de painéis e <i>lettering</i> expositivo.
	Sinalética EXTERIOR	Telas exteriores de recobrimento de fachadas, impressas, esticadas em estrutura de ilhós, para recobrimento de edifício envidraçado de receção e acolhimento (em frente ao Centro de Interpretação).
		Painéis (#3) de sinalética exterior orientativa (CI, Receção, Passadiços do Castelo, etc).
	Material de comunicação e divulgação	Produção e fornecimento de todo o material de comunicação e divulgação em formato bilingue (português e inglês); paralelamente podem



Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

		produzir-se desdobráveis/folhas de sala também em espanhol e francês.
RÉPLICAS E MAQUETES (produção, fornecimento e montagem, se aplicável)		Produção e fornecimento de réplicas e maquetes inseridas no percurso acessível.
		Reaproveitamento e novo tratamento de réplicas e maquetes pré-existentes.
		Produção de dioramas e cenografias interpretativas integradas no percurso expositivo.
MULTIMÉDIA (aplicações multimédia e equipamentos)		Desenvolvimento, produção, fornecimento e montagem de todo o material de <i>software</i> , <i>hardware</i> e equipamento do percurso expositivo.
		Desenvolvimento, produção, fornecimento de áudio-vídeo-guias (português e inglês)



## B – OBRA CIVIL

Componente	Subcomponente	Descrição
PROJETOS de EXECUÇÃO (a desenvolver nos primeiros 6 meses)	Projeto de arquitetura e especialidades do edifício	Projetos de arquitetura e de reabilitação do edifício (inclui o projeto relativo ao sistema de segurança contra riscos de incêndio e sistema de segurança contra intrusão no edifício e propriedade).
		Projeto de AEE para as instalações sanitárias (caso necessário).
		Projeto de ADAPTAÇÃO de Instalações Elétricas EXISTENTES; Projeto de ITED.

2 - Em termos gerais, as componentes constantes na tabela elencada no número anterior dizem respeito à criação e instalação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, bem como à beneficiação dos seus espaços envolventes, localizados na encosta norte do Castelo de Silves.

A beneficiação dos espaços envolventes localizados na encosta norte do Castelo de Silves inclui a reparação das guardas dos passadiços de acesso norte ao Castelo de Silves e a produção e montagem do parque infantil e de merendas na componente da obra civil, cujo projeto será concebido no âmbito dos restantes projetos de arquitetura e especialidades.

Aquando da elaboração do projecto de reabilitação do imóvel e de arranjos exteriores, a equipa projetista e o Município de Silves deverão ter em conta a sua submissão a parecer da tutela (Direção Regional de Cultura do Algarve/DGPC).

Tipo de Procedimento: Ajuste Directo

3 - Os serviços prestados devem incluir o pagamento de honorários aos consultores/investigadores considerados necessários, com valências e currículo académico nas áreas de investigação/conhecimento mencionados nos termos de referência.

4 - O adjudicatário deve assegurar todos os serviços, fornecimento e instalação de bens de forma a garantir a integral instalação e funcionamento do Centro Interpretativo do Lince Ibérico (chave na mão), com interligação ao Castelo de Silves, através do acesso existente na sua encosta norte.

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**Coordenação, Avaliação e Monitorização**

1 - O adjudicatário é responsável pela qualidade do projeto.

2 - O adjudicatário deve realizar uma reunião de acompanhamento e avaliação, quinzenal, com o Município de Silves, nas quais deverá estar sempre presente o técnico coordenador, bem como apresentar relatórios dessas reuniões, com descritivo do desenvolvimento do projeto.

3 - Todos os documentos, projetos e outros elementos relevantes para a execução do contrato, como seja a identificação da equipa técnica e da equipa de consultores, entre outros, devem ser apresentados pelo adjudicatário em sede das reuniões com a equipa de acompanhamento do Município de Silves, devendo por este ser validados/aprovados.

4 - A validação ou aprovação prevista no número anterior deve ser concedida no prazo de 10 dias a contar da respetiva data de entrega dos elementos documentais à equipa de acompanhamento do Município de Silves.



**SIL  
VES**  
câmara municipal



Anexo III

BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPA

Silves, 23 outubro de 2019





ANEXO III

BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO DE EQUIPA (1)

Número de ordem do trabalho (2): \_\_\_\_\_

Identificação (3)

Nome/Denominação social do concorrente:					
Morada/sede:					
Código Postal:		Contribuinte:		Telefone:	
Telemóvel:		Endereço correio eletrónico:			

Técnico coordenador (3)

Nome:		Habilitações Profissionais:		Rubrica:	
-------	--	-----------------------------	--	----------	--

Membros da equipa projectista (3)

Nome	Habilitações profissionais	Rubrica

Colaboradores (3)

Nome	Habilitações profissionais	Função	Rubrica

Data: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.

O concorrente, (4)

NOTAS:

- (1) Documento a inserir no invólucro do "concorrente", mencionado no n.º 1 da cláusula 12.ª dos Termos de Referência
- (2) A preencher pelo júri
- (3) A preencher pelo concorrente de forma legível
- (4) Assinatura do concorrente



Anexo IV

PLANTAS DA CASA DA QUINTA DO CAMACHO E DA  
ENCOSTA NORTE DO CASTELO DE SILVES

Silves, 23 outubro de 2019

## Instalação do Centro de Interpretação do Lince Ibérico

Planta de enquadramento da Casa da Quinta do Camacho – Encosta Norte do Castelo de Silves



1. Casa da Quinta do Camacho

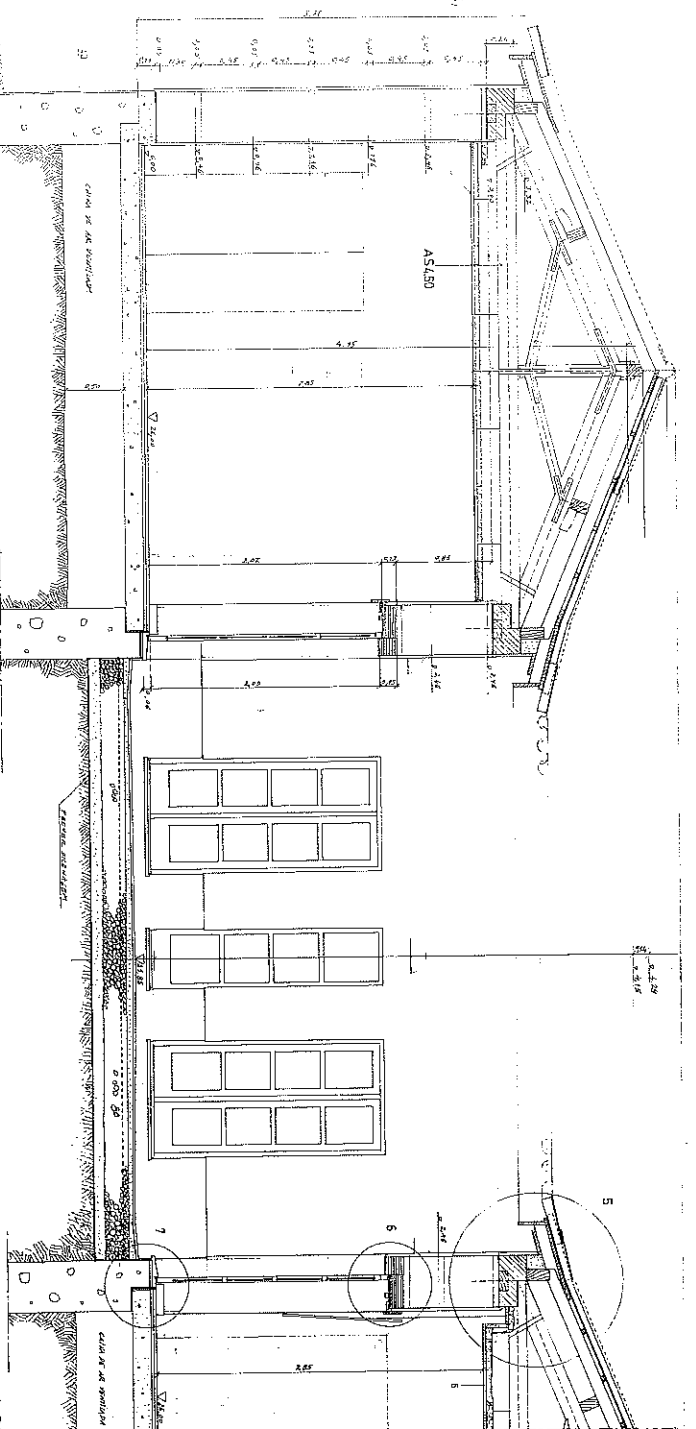
2. Edifício da recepção norte do Castelo de Silves (desactivada)

3. Passadiços da encosta do castelo  
– acesso à entrada norte

4. Entrada norte no recinto do Castelo de Silves "Porta da Traição"



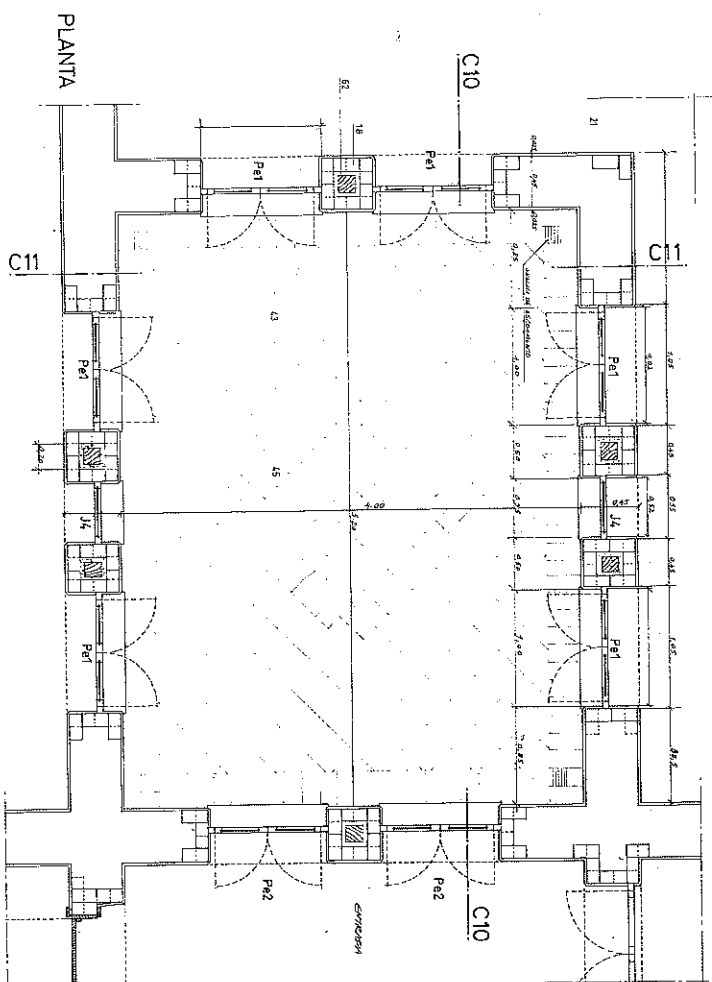




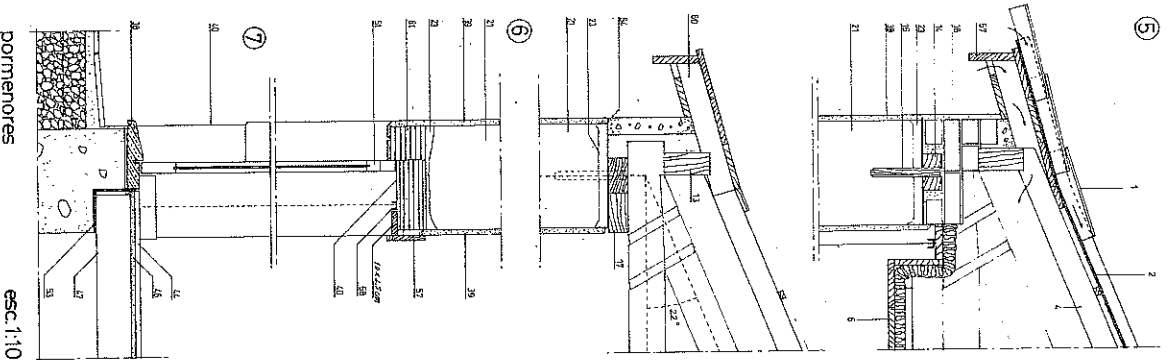
CORTE C10

esc. 1:20

- 1 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 2 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 3 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 4 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 5 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 6 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 7 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 8 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 9 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 10 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 11 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 12 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 13 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 14 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 15 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 16 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 17 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 18 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 19 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 20 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 21 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 22 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 23 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 24 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 25 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 26 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 27 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 28 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 29 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 30 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 31 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 32 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 33 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 34 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 35 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 36 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 37 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 38 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 39 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 40 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 41 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 42 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 43 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 44 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 45 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 46 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 47 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 48 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 49 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 50 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 51 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 52 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 53 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 54 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 55 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 56 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 57 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 58 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 59 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 60 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 61 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 62 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 63 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 64 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 65 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 66 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 67 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 68 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 69 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 70 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 71 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 72 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 73 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 74 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 75 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 76 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 77 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 78 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 79 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 80 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 81 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 82 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 83 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 84 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 85 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 86 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 87 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 88 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 89 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 90 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 91 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 92 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 93 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 94 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 95 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 96 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 97 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 98 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 99 - TELA DE CIMA (CIMA)
- 100 - TELA DE CIMA (CIMA)



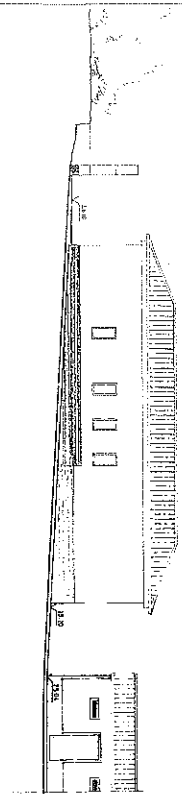
PLANTA



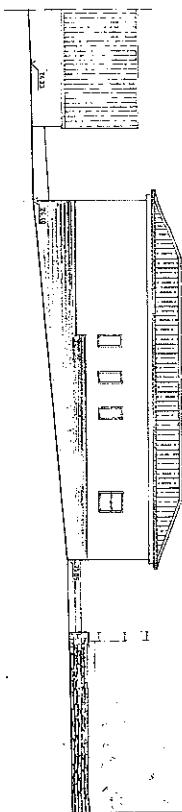
pormenores

esc. 1:10

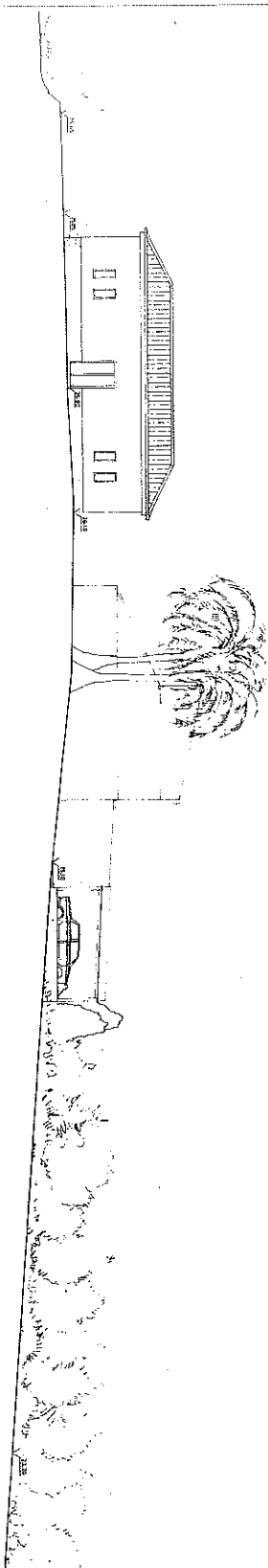
ENSAIO DE RECUPERAÇÃO DAS TÉCNICAS TRADICIONAIS DE CONSTRUÇÃO EM ARQUITECTURA DE TERRA			
EXECUÇÃO EXPERIMENTAL DE UM PROJETO TIPO			
CLIENTE:	ARQUITECTURA EM TERRA	Pedro Carneiro de Sousa	
DISEÑO:	Arquiteto Carlos da Silva	Arquiteto Carlos da Silva	
PROJETO DE EXECUÇÃO:	Arquiteto Carlos da Silva	Arquiteto Carlos da Silva	
LOCAL:	Alameda da Universidade	Alameda da Universidade	
DATA:	10/05/2010	10/05/2010	



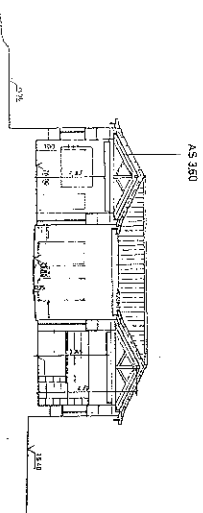
SUDESTE



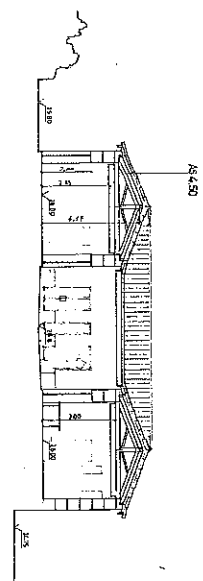
NOROESTE



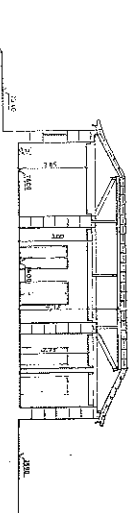
SUDESTE



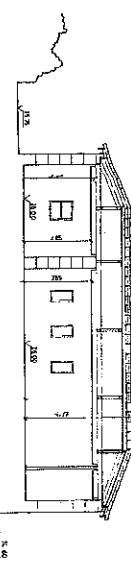
LM



PQ



NO



ST

ENSAYO DE RECUPERACIÓN DAS TÉCNICAS TRADICIONAIS  
DE CONSTRUÇÃO EM ARQUITECTURA DE TERRA  
EXECUÇÃO EXPERIMENTAL DE UM PROJETO PÍLOTO

CLIENTE:  
DEGEM  
ARQUITECTURA EM TERRA  
concepção de um modelo  
e execução piloto em  
Sines  
Prédio Centro de Museu  
R. General Conto 4, 2º  
Linha 100



